



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17ª REGIÃO

SIMS
PROJETO CMOPE 005-2024
SEI nº 0000450-25.2025
Manutenção dos Scanners de Bagagem (Aparelhos de Raio-X) do
Edifício-Sede do TRT/ES

TERMO DE REFERÊNCIA

Vitória/ES
Março/2026

1. OBJETO

- 1.1. Realização do serviço de manutenção preventiva mensal, manutenção corretiva e assistência técnica dos 4 (quatro) equipamentos de inspeção em bagagens por raios-x do Edifício-Sede do TRT/ES.
- 1.2. O objeto desta licitação deve ser enquadrado como “**serviço comum de engenharia**” conforme inciso XXI, alínea a, do art. 6º da Lei nº 14.133/2021.
- 1.3. O objeto desta licitação deve ser enquadrado como “**serviço contínuo**” conforme inciso XV do art. 6º da Lei nº 14.133/2021. O serviço objeto desta contratação **não possui** regime de dedicação exclusiva de mão de obra.
- 1.4. A vigência da contratação será de **24 (vinte e quatro) meses**, podendo ser prorrogado conforme Artigo 107 da Lei 14.133/21.

2. LOCALIZAÇÃO

- 2.1. Os serviços deverão ser realizados no Ed. Sede do TRT da 17ª Região, na Av. Nossa Senhora dos Navegantes, nº 1245, Enseada do Suá, Vitória, ES, CEP: 29.050-335.
- 2.2. A figura 1 apresenta a localização do Ed. Sede do TRT da 17ª Região.



Figura 1: Localização do Ed. Sede do TRT da 17ª Região (fonte: <http://maps.google.com.br>)

3. EQUIPAMENTOS A SEREM MANUTENIDOS

- 3.1. O TRT/ES possui 4 aparelhos NucTech Modelo CX 5030T, entregues em outubro de 2022. Durante o período de garantia (1 ano), todas as manutenções foram realizadas pela própria fabricante. A partir disso, a manutenção passou a ser realizada pela equipe de manutenção residente.
- 3.2. Todos os equipamentos estão localizados no pavimento térreo do Edifício-Sede do TRT/ES, em local de fácil acesso e próximos às entradas. Segue fotos dos equipamentos.



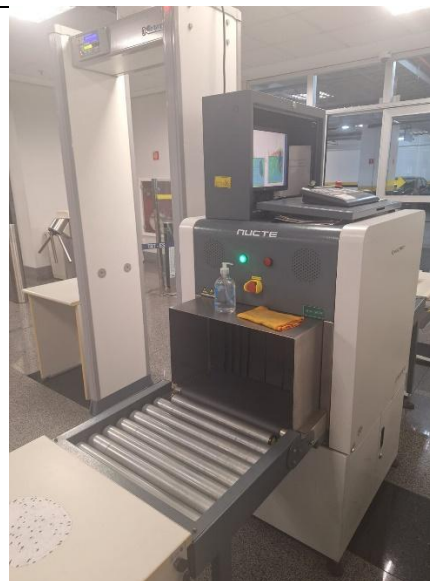
Scanner 2ª Instância



Scanner 01 Entrada 1ª Instância



Scanner 02 entrada 1ª Instância



Scanner do acesso pelo
estacionamento da 1ª Instância

4. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 4.1. Trata-se de **serviço comum de engenharia**, a ser contratado mediante **dispensa de licitação**, conforme inciso I do caput do Art. 75º da Lei 14.133/2021.
- 4.2. Trata-se de um **serviço contínuo**, com forma de **execução indireta**, e regime de execução de **empreitada por preço global**.
- 4.3. A contratação será efetivada mediante Termo de Contrato, que se vincula a este Termo de Referência e, portanto, às definições nele contidas para cumprimento do objeto.

5. VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

- 5.1. A vigência do Contrato será de **24 (vinte e quatro) meses**, com a possibilidade de prorrogação por igual período nos termos do Artigo 107 da Lei 14.133/21.
 - 5.1.1. A vigência do Contrato será prorrogada por acordo entre as partes devendo o contratado formalizar concordância ou não com antecedência de 6 (seis) meses do fim da vigência, através de resposta a notificação da Fiscalização.
- 5.2. Com 6 (seis) meses do fim da vigência, a Fiscalização solicitará ao contratado concordância em prorrogar o Contrato.
- 5.3. Provocada pela Fiscalização, o contratado deverá responder em até 15 dias da data do recebimento da notificação.
- 5.4. Em caso de concordância, a prorrogação será obrigação assumida pela Contratada ficando a formalização e efetivação a critério do Contratante que deverá se manifestar em até 30 dias do final da vigência do Contrato.
- 5.5. Por ocasião de cada prorrogação, o Contratado deverá garantir a prorrogação também da modalidade de garantia escolhida.

6. CONDIÇÕES E ESCOPO DOS SERVIÇOS

- 6.1. Os serviços prestados englobarão a mão-de-obra necessária para manutenções preventivas, manutenções corretivas, suporte remoto e assistência técnica. Não fará parte do escopo da contratação o fornecimento de peças.
- 6.2. Em até 15 (quinze) dias da assinatura do Termo de Contrato, a Fiscalização emitirá Ordem de Serviço na qual constará a data para início da contagem do prazo de execução (que deverá ser após, pelo menos, 30 dias da data de emissão da Ordem de Serviço), desde que atendidas as condições prévias apresentadas abaixo.
 - 6.2.1. Indicação do preposto do contrato, assim como seus meios de contato incluindo telefone e endereço e-mail.
 - 6.2.2. Indicação de responsável técnico acompanhada de Anotação de Responsabilidade Técnica.

6.2.3. Lista de Técnicos que poderão fazer atendimento no local.

6.2.4. Contatos telefônicos para abertura de chamados, suporte e assistência técnica.

6.3. Em até 15 (quinze) dias após a data de início dos serviços, deverá ser feita a primeira inspeção e a manutenção preventiva inicial, que servirão para elaboração dos seguintes documentos que deverão ser entregues até 30 (trinta) dias após o início dos serviços:

6.3.1. Relatório inicial, assinado pelo Responsável Técnico, no qual deverão constar todas as condições dos aparelhos.

6.3.2. Plano de Manutenção Preventiva, que deverá descrever todos os serviços a serem prestados durante as manutenções preventivas, assim como seu ciclo, trimestral, semestral ou anual. Este plano será avaliado e aprovado pela fiscalização.

6.4. O serviço telefônico para abertura de chamados, suporte e assistência técnica deverá funcionar, pelo menos, no período segunda a sexta-feira, das 9:00 às 17:00. Ao ligar, deverá ser registrado número de protocolo, e caso o atendimento seja iniciado por sistema de resposta automatizado, deverá ser disponibilizada a opção de falar com um atendente humano.

6.4.1. O tempo de espera na linha para falar com um atendente humano não poderá ser superior a 5 (cinco) minutos. Alternativamente, poderá ser encerrada a ligação, para que um atendente humano retorne o contato no prazo de até 2 (duas) horas após contato inicial.

6.4.2. É facultativo à contratada a prestação de assistência técnica durante esse contato inicial a fim de diagnosticar e retornar o aparelho ao seu pleno uso. Ao término do atendimento, e independente do motivo, caso o problema não tenha sido sanado, deverá ser aberto chamado para manutenção corretiva no local.

6.5. Nos casos em que houver prejuízo ao funcionamento dos equipamentos, os chamados para manutenção corretiva deverão ser atendidos em até 3(três) dias úteis contados a partir de sua abertura.

6.5.1. Caso o primeiro atendimento não permita o reparo completo, o reestabelecimento total do funcionamento do equipamento deverá ser concluído em até **trinta dias** a partir da abertura do chamado.

6.5.2. Caso seja necessária a aplicação de peças na manutenção corretiva, a contratada deverá se manifestar formalmente indicando quantidades, especificações, modelo de referência e outras informações necessárias para que a Contratante possa fazer aquisição dos materiais. A contagem do prazo para conclusão da manutenção corretiva será suspensa desde a comunicação oficial da necessidade das peças até a disponibilização delas pela contratante.

6.5.3. Poderão ser abertos quantos chamados forem necessários, sem quaisquer custos adicionais para a contratante.

6.6. Nos casos em for necessário a abertura de chamado para manutenção corretiva, mas não houver prejuízo ao funcionamento dos equipamentos, poderá ser estabelecido pela Fiscalização prazo superior ao do item acima, seguindo critérios de urgência, impacto gerado, complexidade e número de equipamentos afetados.

6.7. As manutenções preventivas deverão ocorrer com periodicidade trimestral, com tolerância de 15 (quinze) dias corridos, conforme conveniência da Contratante e da Contratada.

6.7.1. A realização da manutenção preventiva após a data inicialmente prevista no cronograma não irá postergar a data **prevista** (sem considerar a tolerância) para a próxima manutenção preventiva, porém a antecipação da manutenção preventiva acarretará a antecipação das datas das manutenções preventivas posteriores.

6.7.2. As datas das manutenções preventivas deverão ser agendadas com a Fiscalização, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.

6.8. Durante a manutenção preventiva, deverão ser realizados pelo menos os seguintes procedimentos:

- Verificação geral de funcionamento
- Lubrificação das partes mecânicas
- Verificação e limpeza da esteira
- Inspeção da instalação elétrica
- Inspeção da voltagem de saída do nobreak
- Inspeção e teste das botoeiras de emergência
- Revisão e verificação dos componentes eletrônicos
- Verificação da unidade de processamento
- Aferição, ajuste, calibração da unidade de controle de raios x.
- Verificação, ajuste e teste de alinhamento do feixe de raios x.
- Verificação e ajuste das configurações e parâmetros da imagem para condição ótima de operação
- Verificação de operação de todas as funções do equipamento
- Atualização de software sempre que necessário

- Identificação de todas as peças ou componentes desgastados ou defeituosos
 - Limpeza interna e externa
 - Testes de funcionamento completo do equipamento
 - Demais atividades previstas no manual do equipamento e/ou previstas no Plano de Manutenção Preventiva.
- 6.9. Os materiais de consumo de pequena monta, (por exemplo: lubrificantes, graxas, limpa contatos, fita isolante, entre outros) entendidos como aqueles que somem até R\$ 200,00, assim como as ferramentas necessárias para execução dos serviços serão de total responsabilidade da Contratada.
- 6.10. Após a realização das manutenções, deverá ser elaborado e entregue relatório em até 5 (cinco) dias úteis, descrevendo todos os procedimentos realizados, assim como estado final dos equipamentos. Além disso, caso ocorra interrupção do funcionamento do equipamento em até 7 (sete) dias após conclusão de serviços no local, a contratada deverá realizar nova visita em até 48 (quarenta e oito) horas após comunicada.

7. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

- 7.1. Os serviços que constituem o objeto da presente contratação são potencialmente geradores de resíduos sólidos, poluição sonora e vibração, quanto aos aspectos ambientais; assim como potencialmente causadores de acidentes do trabalho, quanto ao viés social/trabalhista da sustentabilidade;
- 7.2. No desenvolvimento do projeto foram contemplados apenas serviços essenciais para atingir o objetivo concreto, conforme se encontra descrito nas especificações;
- 7.3. Em relação à gestão de resíduos e à preservação do meio ambiente em geral, a Contratada deverá adotar medidas necessárias à proteção ambiental e o atendimento às normas públicas, preservando-se a vizinhança, o meio ambiente e o ambiente do trabalho, especialmente para os serviços geradores de resíduos sólidos e poluição sonora, que constituem os principais impactos das atividades projetadas;
- 7.4. A Contratada deverá utilizar materiais e equipamentos que atendam a critérios de sustentabilidade, tais como segurança, durabilidade e eficiência, de modo a gerar menos resíduos, menor desperdício e menor impacto ambiental;
- 7.5. Em relação à mão de obra e às condições de trabalho a Contratada deverá cumprir o seguinte: Normas Regulamentadoras expedidas pelo MTE, quanto à Segurança e Medicina do Trabalho; priorização do emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local; capacitação dos trabalhadores em saúde e segurança no trabalho, dentro da jornada de trabalho, observada a carga horária mínima de duas horas mensais; emprego de egressos do sistema carcerário como preconizam as Resoluções nº 70 do

CSJT e 114 do CNJ; adesão, por meio de cláusula contratual, ao Programa Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho - Programa Trabalho Seguro; adesão, por meio de cláusula contratual, ao “Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho”.

- 7.6. Além disso, caberá à Contratada garantir o bom estado das medidas de segurança radiológica do equipamento, a fim de que não haja danos aos operadores e usuários.

8. RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 8.1. Ao final do contrato, o recebimento do objeto contratado será efetuado em conformidade com o artigo 140 da Lei 14.133/21, como segue:

8.2. Recebimento provisório

8.2.1. Será atestado pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado da entrega dos serviços.

8.2.2. Para o recebimento provisório a CONTRATADA deverá apresentar relatório que indique o estado atual dos scanners, histórico de manutenção preventiva realizada e histórico de manutenções corretivas realizadas, além de demais relatórios julgados necessários pela fiscalização, de forma a permitir a continuidade dos trabalhos de manutenção dos equipamentos.

8.3. Recebimento definitivo

8.3.1. Atestado por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, em até 90 (noventa) dias corridos após o recebimento provisório, mediante termo circunstanciado que ateste a adequação do objeto aos termos contratuais.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. São obrigações da Contratante:

9.1.1. Designar representante da Administração para acompanhamento, fiscalização e recebimento do objeto contratual

9.1.2. Autorizar à contratada, por escrito, o início dos serviços.

9.1.3. Providenciar autorização para acesso ao local dos serviços, quando solicitado pela Contratada.

9.1.4. Prestar as informações solicitadas pela Contratada relativas a especificações de escopo e outras atividades e tomar decisões de sua competência necessárias ao perfeito andamento dos serviços.

- 9.1.5. Agendar reuniões com a Contratada sempre que julgar necessário, com antecedência de no mínimo 24 horas, salvo quando acordado entre as partes.
- 9.1.6. Notificar tempestivamente e por escrito a Contratada sobre aplicação de eventuais penalidades e, também, de todas e quaisquer notificações e intimações que venha a receber com relação ao inadimplemento pela Contratada de suas obrigações contratuais.
- 9.1.7. Efetuar a retenção e o recolhimento de tributos, quando a legislação assim o exigir.
- 9.1.8. Efetuar os pagamentos devidos à Contratada, de acordo com o prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência e na Lei 14.133/21.
- 9.1.9. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Contrato;
- 9.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
- 9.1.11. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 9.1.12. Para o item anterior, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada.
- 9.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato ou omissão da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e as abaixo descritas.
- 10.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 10.3. Assumir inteira responsabilidade pela execução do objeto do contrato, incluindo o fornecimento de materiais, ferramentas, equipamentos e mão-de-obra para contemplar os serviços necessários para a execução do objeto, gerenciando as atividades inerentes à integral execução e responsabilizando-se pela coordenação de todas as atividades, buscando o perfeito sincronismo e interações na realização dos serviços, incluindo cumprimento dos prazos, de normas ambientais, de engenharia e de segurança e medicina do trabalho,

além da legislação aplicável, assegurando sua conformidade, adequação, qualidade, segurança e solidez.

- 10.4. Informar e manter endereço de correio eletrônico (e-mail) para recebimento de todas as intimações e notificações relativas ao contrato, atualizando-o imediatamente junto ao Contratante em caso de mudança desse endereço ao longo da vigência do contrato.
 - 10.4.1. Presume-se como efetivamente realizada a comunicação via correio eletrônico, no dia útil seguinte ao do envio da referida comunicação via e-mail.
- 10.5. Manter durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Contrato. Sabendo da impossibilidade de continuar habilitado ou qualificado, a Contratada deverá informar imediatamente ao Contratante.
- 10.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do objeto, e informar sobre eventuais substituições.
- 10.7. Adotar a boa técnica na execução dos serviços
- 10.8. Salvar a Contratante de quaisquer queixas, reivindicações ou reclamações de seus empregados, prepostos ou terceiros, em decorrência da execução do contrato.
- 10.9. Informar a eventual substituição do Responsável Técnico, apresentando a documentação comprobatória da qualificação do substituto, para análise e aprovação pelo TRT/ES.
- 10.10. A Contratada deverá fornecer e assegurar a utilização dos EPI (Equipamentos de Proteção Individual) e EPCs (Equipamentos de Proteção Coletiva) necessários à garantia da integridade física dos trabalhadores, específicos para as atividades desenvolvidas.
- 10.11. Enviar o “Relatório de Análise de Acidente de Trabalho” ao Contratante em até 15 (quinze) dias após ocorrência de acidentes com vítimas, fatais ou não, ou sem vítimas, mas com danos materiais significativos em instalações ou bens da Contratada.
- 10.12. Afastar dos serviços qualquer empregado seu que, comprovadamente e por recomendação da Fiscalização designada pelo TRT, venha a demonstrar conduta nociva, incapacidade técnica ou mantiver atitude hostil, causando embaraço à boa execução do objeto contratual.
- 10.13. Capacitar os trabalhadores em saúde e segurança no trabalho, dentro da jornada de trabalho, observada a carga horária mínima de duas horas mensais, com ênfase na prevenção de acidentes, conforme a Resolução nº 98, de 20 de abril de 2012, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.
- 10.14. Dar ciência e orientar seus empregados e colaboradores quanto à necessidade de observância ao Código de Ética do TRT-17, instituído pelo

Ato TRT 17.^a SGP/PRESI. N.º 34/2014, alterado pelo Ato TRT 17.^a PRESI/SGP n.º 4/2023, disponível em <https://www.trtes.jus.br/principal/atos-normativos/normas-internas/atos-da-presidencia>.

10.14.1. O Código de Ética do TRT-17 integrará o presente instrumento para todos os fins.

11.SUBCONTRATAÇÃO

11.1. Não será permitida subcontratação.

12.CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 12.1. Nos termos do art. 117 Lei nº 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.
- 12.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.MEDIÇÃO

- 13.1. Mensalmente a fiscalização avaliará os serviços prestados e emitirá o Atestado de Execução dos Serviços e irá autorizar a emissão da Nota Fiscal.
- 13.2. Nos casos em que não ocorrer o atendimento, ou ocorrer com atraso, será aplicada uma redução proporcional ao número de equipamentos afetados, nos seguintes percentuais:
- 13.2.1. 5% (cinco por cento) para atrasos de até 1 (um) dia para conseguir contato com um atendente humano para abertura de chamado, suporte e assistência técnica.
- 13.2.2. 5% (cinco por cento) para atrasos de até 1 (um) dia útil para primeiro atendimento para chamados de manutenção corretiva.
- 13.2.3. 10% (dez por cento) para atrasos maiores que 1 (um) dia útil e até 2 (dois) dias úteis para primeiro atendimento para chamados de manutenção corretiva.
- 13.2.4. 15% (quinze por cento) para atrasos maiores que 2 (dois) dias úteis e até 5 (cinco) dias úteis para primeiro atendimento para chamados de manutenção corretiva, desde que todas as pendências sejam sanadas já no primeiro atendimento.
- 13.2.5. 20% (vinte por cento) para atrasos maiores que 2 (dois) dias úteis e até 5 (cinco) dias úteis para primeiro atendimento para chamados de manutenção corretiva, caso o reestabelecimento total do funcionamento do equipamento se dê após o primeiro atendimento, porém em até 30 (trinta) dias da abertura do chamado.

- 13.2.6. 5 % (cinco por cento) quando o primeiro atendimento foi realizado no prazo, e o reestabelecimento total do equipamento ocorreu com até 5 (cinco) dias de atraso.
- 13.2.7. 10 % (dez por cento) quando o primeiro atendimento foi realizado no prazo, e o reestabelecimento total do equipamento ocorreu com mais de 5 (cinco) dias de atraso e até 15 (vinte) dias de atraso.
- 13.2.8. 20 % (vinte por cento) quando o primeiro atendimento foi realizado no prazo, e o reestabelecimento total do equipamento ocorreu com mais de 15 (quinze) dias de atraso e até 30 (trinta) dias de atraso.
- 13.2.9. 10 % (dez por cento) quando o primeiro atendimento foi realizado em atraso, e o reestabelecimento total do equipamento ocorreu com até 5 (cinco) dias de atraso.
- 13.2.10. 20 % (vinte por cento) quando o primeiro atendimento foi realizado em atraso, e o reestabelecimento total do equipamento ocorreu com mais de 5 (cinco) dias de atraso e até 15 (vinte) dias de atraso.
- 13.2.11. 30 % (trinta por cento) quando o primeiro atendimento foi realizado em atraso, e o reestabelecimento total do equipamento ocorreu com mais de 15 (quinze) dias de atraso e até 30 (trinta) dias de atraso.
- 13.2.12. 15% (vinte por cento) quando a manutenção preventiva ocorrer com atraso de até 15 (quinze) dias acima da tolerância.
- 13.3. Caso uma situação se enquadre em mais de uma situação prevista para redução, será aplicada somente a maior redução.
- 13.4. Caso os atrasos superem os previstos nos subitens 13.2.4, 13.2.5, 13.2.8, 13.2.11 e 13.2.12, além das respectivas reduções da medição, serão aplicadas as devidas sanções administrativas.
- 13.5. Caso em determinado mês sejam realizadas todas as manutenções preventivas previstas, todos os chamados sejam atendidos e todas as solicitações de assistência técnica sejam atendidas, a empresa terá direito ao pagamento completo do valor mensal contratado. Caso em determinado mês não esteja prevista manutenção preventiva, e não forem feitos chamados ou solicitações de assistência técnica, será considerado que a empresa cumpriu suas obrigações na totalidade.

14. DO FATURAMENTO E LIQUIDAÇÃO

- 14.1. A Nota Fiscal/Fatura somente poderá ser emitida após autorização de faturamento encaminhada pela fiscalização após medição. Na autorização para faturamento será informado o valor exato a ser faturado e documentação a ser entregue em conjunto.
- 14.2. A apresentação e inserção da nota fiscal no SIGEO-JT deverá ocorrer entre os dias 1º (primeiro) e 20º (vigésimo) do mês de sua emissão.

- 14.3. A Contratada deverá informar, junto ou previamente ao faturamento, o seu domicílio bancário (nome e código do banco, código da agência e número da conta corrente).
- 14.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser acompanhada da documentação de comprovação da regularidade fiscal. Embora a não apresentação da referida documentação junto à nota fiscal não impeça o pagamento, a contratada ficará sujeita às penalidades previstas, sendo notificada para a devida regularização.
- 14.5. A Nota Fiscal deverá ser encaminhada por meio do Sistema Integrado de Gestão Orçamentária da Justiça do Trabalho (SIGEO-JT), sistema no qual a Contratada deverá efetuar cadastro, conforme passos abaixo:
 - 14.5.1. Passo 1: cadastro no SIGEO-JT por meio do link a seguir, sendo importante realizar o primeiro acesso ao sistema em seguida, o mais breve possível, sem o qual o cadastro será excluído após 24 horas, tornando necessário refazer o procedimento inicial de cadastro: Link: SIGEO-JT - Execução Financeira - Portal do TRT-17 (trtes.jus.br)
 - 14.5.2. Passo 2: cadastramento no SIGEO-JT, a empresa contratada deve realizar obrigatoriamente o procedimento de vínculo com o TRT-17^a (passo 2), e após deve fazer o registro da conta bancária, bem como indicar a conta em cada contratação existente no órgão (passo3);
 - 14.5.3. Passo 3: No caso de a empresa contratada já se encontrar cadastrada no SIGEO-JT, deve realizar os demais passos, vinculando-se ao TRT-17^a, e seguir o procedimento de encaminhamento dos documentos fiscais pelo sistema quando necessário, observando a respectiva contratação.
- 14.6. A emissão e encaminhamento da Nota Fiscal e documentação de comprovação de regularidade fiscal deverá ser feita em conformidade com o Ato TRT 17^a PRESI/DIGER nº 3/2022 que estabelece a obrigatoriedade de utilização do Sistema Integrado de Gestão Orçamentária da Justiça do Trabalho (SIGEO-JT).
- 14.7. A liquidação da despesa será efetuada pela Contratante no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da nota fiscal no SIGEO-JT.
 - 14.7.1. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo será reduzido pela metade.

15. DO PAGAMENTO

- 15.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 10 (dez) dias, contados da liquidação da despesa.
 - 15.1.1. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo será reduzido pela metade.

- 15.2. Será considerada data do pagamento o dia de emissão da ordem bancária pelo TRT.
- 15.3. A apresentação de faturas com incorreções implicará a sua devolução à CONTRATADA para devida regularização.
- 15.4. Excluem-se da contagem do prazo de pagamento todos os períodos utilizados pela Contratada para correção, inclusive de documentos que se vinculem ao pagamento.
- 15.5. Por ocasião do pagamento haverá retenções a título de tributos e contribuições, conforme legislação em vigor e regras contratuais, e ainda, serão deduzidas as multas, mesmo que a título cautelar (até a devida apuração), se houver.
- 15.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido será acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438.

16. REAJUSTE

- 16.1. Os preços inicialmente contratados deverão ser fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data-base do preço de referência, a saber, fevereiro 2026.
- 16.2. Após o interregno de um ano, contado do mês de referência, e após pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, Índice Nacional de Preços ao consumidor Amplo (IPCA - IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 16.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 16.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

- 16.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 16.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 16.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 16.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

17. GARANTIA CONTRATUAL

- 17.1. O contratado apresentará comprovante de prestação de garantia nas seguintes modalidades:
 - 17.1.1. caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
 - 17.1.2. seguro-garantia;
 - 17.1.3. fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil
- 17.2. A apresentação da garantia será em até:
 - 17.2.1. 1 (um) mês a contar do dia da homologação e anterior à assinatura do contrato, no caso da modalidade prevista no item 17.1.2 “seguro-garantia”
 - 17.2.2. 10 (dez) dias contados a partir da assinatura do termo de contrato, nos demais casos.
- 17.3. Qualquer que seja a modalidade escolhida, a garantia deverá assegurar todo o período da vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias, após término deste prazo de vigência.
 - 17.3.1. Havendo prorrogação do contrato, a prestação da garantia deverá ser renovada.
 - 17.3.2. No caso de seguro garantia, a apólice deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- 17.4. O valor assegurado deverá ser de 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato.
- 17.5. No caso de seguro-garantia, será permitida a substituição da apólice na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e

coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item abaixo.

- 17.5.1. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 17.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
 - 17.6.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
 - 17.6.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
 - 17.6.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.
- 17.7. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item acima, observada a legislação que rege a matéria.
- 17.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 17.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 17.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 17.11. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
 - 17.11.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).
 - 17.11.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

- 17.12. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 17.13. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 17.14. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 17.15. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.
- 17.16. A garantia contratual aqui tratada (item 17) é independente de eventual garantia do produto ou serviço contratado (item 20).

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 18.1. As Sanções Administrativas serão de acordo com os art. 155 a 163 da Lei 14.133/2022

18.2. Multa

- 18.2.1. Os valores de multas serão compostos pelos percentuais das multas aplicáveis, que se encontram abaixo, juntamente com valores fixados:

- a) de R\$ 100,00 (cem reais) por dia de atraso na resposta da convocação de assinatura de contrato; sendo considerado o primeiro dia a partir da primeira hora excedente do prazo estipulado e consecutivamente a cada 24 horas.
- b) de R\$ 200,00 (duzentos reais) por dia de atraso na apresentação da documentação prevista no item 6.2; sendo considerado o primeiro dia a partir da primeira hora excedente do prazo estipulado e consecutivamente a cada 24 horas.
- c) de R\$ 300,00 (trezentos reais) por dia de atraso para realização da primeira inspeção e manutenção preventiva inicial; sendo considerado o primeiro dia a partir da primeira hora excedente do prazo estipulado e consecutivamente a cada 24 horas.
- d) de R\$ 300,00 (trezentos reais) por dia de atraso para entrega do Relatório inicial e Plano de Manutenção Preventiva; sendo considerado o primeiro dia a partir da primeira hora excedente do prazo estipulado e consecutivamente a cada 24 horas.
- e) de R\$ 100,00 (cem reais) por dia de atraso, limitado a 30 dias, após o 5º dia para o primeiro atendimento para chamados de manutenção corretiva, por equipamento afetado.
- f) de R\$ 200,00 (duzentos reais) por dia de atraso, limitado a 60 dias, após o 30º dia para o reestabelecimento total do equipamento após chamados de manutenção corretiva, por equipamento afetado.
- g) de R\$ 300,00 (trezentos reais) por dia de atraso, limitado a 30 dias, após o 15º dia de atraso acima da tolerância para manutenções preventivas.
- h) de 10% sobre o valor da proposta arrematante pela não manutenção da proposta em suas várias formas, como por exemplo a não apresentação de documentos necessários para assinatura de contrato.

i) de R\$ 100,00 (cem reais) mais 0,5% do valor mensal por dia contratado por descumprimento, sem justificativa aceita pela Administração do TRT, de determinações da Fiscalização notificadas e reincidentes;

j) Atrasos superiores aos limites estabelecidos nas letras “e”, “f” e “g”, serão considerados inexecução contratual, com multa de 20,00% (vinte por cento) do valor inicial do contrato, em substituição às multas previstas nas letras “e”, “f” e “g”.

18.2.2. Em caso de reincidência dentro de um período de 6 (seis) meses, os valores das sanções previstas no item acima serão dobrados.

18.2.3. Conforme §3º do Art. 156 da Lei 14.133/21, as sanções na forma de multa não poderão ser inferiores a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superiores a 30% (trinta por cento). Caso o valor calculado (conforme item 17.2.1) da multa seja inferior ao mínimo legal, ou superior ao máximo legal, será considerado o limite legal.

18.3. Impedimento

18.3.1. Ficará impedido de licitar e de contratar com a União pelo prazo de até 3 (três) anos, conforme dosimetria abaixo, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; (1 ano)
- b) dar causa à inexecução total do contrato; (3 anos)
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame; (2 anos)
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; (2 anos)
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; (2 anos)
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado; (1 ano)

18.4. DA DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE

A declaração de inidoneidade enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o TRT 17ª Região, poderá ser aplicada quando constatada:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato; (3 anos)
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; (6 anos)
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; (3 anos)
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; (4 anos)
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. (6 anos)

18.5. ADVERTÊNCIA

18.5.1.1. Sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta, para as quais a Contratada tenha concorrido. Nesse caso será aplicada quando ocorrer:

- a) o descumprimento, não reincidente, das obrigações contratuais que não acarretem prejuízos claros à segurança, ao funcionamento regular de suas atividades, nem financeiros para a CONTRATANTE;

- b) a execução insatisfatória ou pequenos transtornos ao desenvolvimento dos serviços, desde que sua gravidade não recomende a aplicação de multa, suspensão temporária ou declaração de inidoneidade.
- 18.6. A CONTRATADA autoriza o TRT 17ª Região a descontar dos valores a ela devidos o montante das multas que lhe forem aplicadas.
- 18.7. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, devendo a CONTRATADA ser formalmente notificada, pelo TRT 17ª Região, das sanções a ela aplicáveis, inclusive para defesa prévia.
- 18.8. Em caso de reincidência dentro de um período de 6 (seis) meses, os valores das multas estipuladas serão elevados para o dobro.
- 18.9. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, não terá caráter compensatório e a sua cobrança não isentará a CONTRATADA da obrigação de indenizar eventuais perdas e danos.
- 18.10. No caso de insuficiência ou inexistência de crédito em favor da CONTRATADA o recolhimento da multa aplicada deverá ser por ela efetivado no prazo de 10 (dez) dias, contados da data da notificação, mediante GRU, a ser emitida pelo TRT 17ª Região.
- 18.11. Decorrido o prazo previsto no item anterior sem que a CONTRATADA tenha depositado o valor da multa ou apresentado recurso no prazo legal, ou em caso de ser negado provimento ao recurso apresentado, o valor decorrente da aplicação da sanção e os prejuízos por ela causados serão deduzidos dos pagamentos eventualmente devidos pelo TRT 17ª Região, ou cobrado judicialmente.
- 18.12. A aplicação das penalidades não exime a Contratada de corrigir as irregularidades que lhes deram causa.

19. HABILITAÇÃO

19.1. Qualificação técnico-operacional

- 19.1.1. **CERTIDÃO DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA** no **CREA** (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) regular, da sede/domicílio da licitante em sua plena validade, conforme objeto licitado.
- 19.1.2. Autorização ANSN/CNEN de Instalação Autorizada para Manutenção de Equipamentos de Segurança
- 19.1.3. Comprovação de aptidão feita por meio de um ou mais atestados de capacidade técnica (ACT), em nome da licitante, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove já ter realizado manutenção preventiva de pelo menos 2 equipamentos de inspeção de bagagens por raio x, por um período igual ou superior à 6 (seis) meses:
- 19.1.3.1. É necessário que o ACT venha acompanhado da cópia do contrato que deu suporte à contratação (informando o endereço atual da

contratante e o local em que foram prestados os serviços) ou da ART expedida pelo CREA.

19.1.3.2. Caso julgar necessário, poderão ser executadas diligências ou solicitada documentação adicional para aprovação do atestado técnico.

19.1.3.3. Caso o ACT não venha acompanhado da cópia do contrato que deu suporte à contratação (informando o endereço atual da contratante e o local em que foram prestados os serviços) ou da ART expedida pelo CREA, poderá ser realizada diligência solicitando tais documentos ou documentação adicional para aprovação do atestado técnico apresentado.

19.1.3.4. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante.

19.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista

19.2.1. Deverão ser apresentadas:

19.2.2. Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, feita por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União

19.2.3. Prova de regularidade para com a seguridade social, feita por meio do(a) Certificado de Regularidade do FGTS-CRF; Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

19.2.4. Prova de regularidade para com as Fazendas Pública Municipal

19.2.5. Prova de regularidade para com as obrigações trabalhistas, feita por meio da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho ou pelos Tribunais Regionais do Trabalho

20. PRAZO DE GARANTIA

20.1. O prazo de GARANTIA dos serviços será de 90 (noventa) dias. Caso a empresa apresente prazo superior ao estipulado acima, esse novo prazo será considerado para efeito da garantia.

20.2. Durante o período de Garantia, os serviços em que forem constatados problemas deverão ser obedecidos os seguintes prazos contados a partir da comunicação da ocorrência pelo TRT-17.^a Região, via e-mail:

20.2.1. 03 (três) dias úteis, para primeiro atendimento e identificação da avaria;

20.2.2. 30 (trinta) dias corridos para conclusão em definitivo dos reparos necessários.

20.3. A contratada deverá indenizar todo e qualquer dano que possa advir, direta ou indiretamente, ao contratante ou a terceiros, decorrente da execução dos serviços;

21. VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 21.1. O serviço objeto desta contratação tem o valor mensal estimado de R\$ 5.120,00 (cinco mil cento e vinte reais), um valor estimado anual de R\$ 61.440,00 (sessenta e um mil quatrocentos e quarenta reais) e, portanto, ao **valor total estimado da contratação de R\$ 122.880,00** (cento e vinte e dois mil oitocentos e oitenta reais).

22. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS E JULGAMENTO DA PROPOSTA

- 22.1. O critério de julgamento da proposta é o menor preço.
- 22.2. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.
- 22.3. Serão desclassificadas as propostas que:
- 22.3.1. Apresentarem valor global acima do valor de referência.
 - 22.3.2. Forem inexequíveis nos termos do Art. 59 da Lei 14.133 de 2021.

23. DA EXTINÇÃO

- 23.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
- 23.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
- 23.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
- 23.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.
- 23.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 23.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
 - 23.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
 - 23.5.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

23.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

23.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

23.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

23.6.3. Indenizações e multas.

23.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

23.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

24. ANEXOS

Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes documentos:

24.1. Projeto e Especificações

TR 1.01 Relatórios TFN BR1 200069 APX- 00202 Compilados

TR 1.02 Relatórios TFN BR1 200073 APX- 00206 Compilados

TR 1.03 Relatórios TFN BR1 210097 APX- 00487 Compilados

TR 1.04 Relatórios TFN BR1 210098 APX- 00488 Compilados

24.2. Orçamento de Referência

Não se aplica

24.3. Demais documentos

Não se aplica

Leonardo Francisco Belchior Campagnaro

CREA/RJ 2011129810/D

SEMAP/ CMOPE / SIMS / TRT 17ª Região